

EDUARDO DA SILVA MATTOS

JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Curso avançado em Direito,
Economia e Finanças



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araújo, Rodrigo Araújo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Bárbara Lemes

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mattos, Eduardo da Silva
Recuperação de empresas : curso avançado em direito, economia e finanças
/ Eduardo da Silva Mattos, José Marcelo Martins Proença. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0178-3

1. Empresas - Falência 2. Falência - Brasil 3. Insolvência 4. Recuperação judicial
(Direito) - Leis e legislação - Brasil I. Proença, José Marcelo Martins. II. Título.

23-155856

CDU-347.736(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial 347.736(81)(094)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7

TOMO I

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS

CAPÍTULO 1 – EMPRESAS, MERCADOS E INSOLVÊNCIA: ANATOMIA E FOTOGRAFIA	25
1.1. Introdução	25
1.2. Definições e palavras-chave na área de insolvência	28
1.3. Razões para insolvência	33
1.4. Problemas econômicos vs. problemas financeiros	36
1.5. Evolução do número de pedidos de recuperação judicial e falência no Brasil	39
1.6. Crédito, inadimplência e regime falimentar no Brasil	48
1.7. Resumo do capítulo	54
CAPÍTULO 2 – RISCO E CRÉDITO: UMA INTRODUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA À TEORIA GERAL DA INSOLVÊNCIA	55
2.1. Introdução	55
2.2. A relação entre risco e retorno	58
2.3. Crédito e os ciclos econômicos	67
2.4. Incentivos de investimento e <i>debt overhang</i>	70
2.5. Os problemas de impasse (<i>holdout</i>), ação coletiva (<i>common pool</i>) e carona (<i>free-riding</i>)	75
2.6. Funções da insolvência: a questão da distribuição	79
2.7. Funções da insolvência: a questão da realocação e maximização	85

2.8.	Indivíduos frágeis para um sistema antifrágil: o que um sistema de insolvência economicamente <i>não</i> faz (ou <i>não deveria</i> fazer)	90
2.9.	Resumo do capítulo	98

CAPÍTULO 3 – O IMPACTO DE FATORES MACROECONÔMICOS NA INSOLVÊNCIA DE EMPRESAS NO BRASIL

3.1.	Introdução.....	101
3.2.	Identificando os fatores macro que impactam insolvência.....	103
3.2.1.	Revisão de literatura.....	103
3.2.2.	Dados.....	110
3.2.3.	Variáveis.....	110
3.2.4.	Modelagem em econometria	118
3.3.	Resultados dos modelos econométricos	123
3.3.1.	PIB	131
3.3.2.	Câmbio	133
3.3.3.	Juros	135
3.3.4.	Liquidez.....	137
3.3.5.	Expectativas.....	138
3.4.	Resumo do capítulo	139

CAPÍTULO 4 – PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA E DO RESULTADO DE PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

4.1.	Introdução.....	141
4.2.	Identificando variáveis financeiras e institucionais que impactam a recuperação de empresas	143
4.2.1.	Revisão de literatura.....	143
4.2.2.	Dados.....	149
4.2.3.	Variáveis.....	151
4.2.4.	Modelagem em econometria	159
4.3.	Resultados dos modelos econométricos	162
4.3.1.	Variáveis financeiras	165
4.3.2.	Características internas.....	167
4.3.3.	Variáveis institucionais	170
4.4.	Aplicação de modelos computacionais	172
4.5.	Resultados de modelos computacionais	173
4.6.	Resumo do capítulo	177

CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO (VALUATION) DE EMPRESAS EM DIFICULDADE FINANCEIRA	181
5.1. Introdução.....	181
5.2. Avaliação por fluxo de caixa descontado	184
5.2.1. Fundamentos do modelo de fluxo de caixa descontado	184
5.2.2. Forma de previsão dos fluxos esperados	190
5.3. Modelos de fatores e o Capital Asset Pricing Model (CAPM).....	196
5.3.1. Risco e retorno na definição da taxa de desconto	196
5.3.2. A construção e as premissas do CAPM	198
5.3.3. O modelo de 3 fatores e a adoção prática do prêmio de tamanho.....	203
5.3.4. Do CAPM ao custo médio ponderado do capital (WACC)	205
5.4. Tópicos especiais: casos e ajustes necessários	207
5.4.1. Empresas de capital fechado	207
5.4.2. Desconto por iliquidez	210
5.4.3. Existência de ativos não operacionais	211
5.4.4. Ativo intangível.....	213
5.4.5. Desconto por pessoa chave	214
5.4.6. Empresas cíclicas	216
5.5. Ajustes no fluxo de caixa descontado para avaliação de empresas em crise	217
5.5.1. O problema: avaliando empresas com fluxos negativos	217
5.5.2. Ajustando os fluxos esperados: testes de cenários e simulações	219
5.5.3. Risco de insolvência, taxa de desconto e valor	220
5.6. Avaliação relativa em empresas em crise	221
5.6.1. Múltiplos por empresas comparáveis	222
5.6.2. Múltiplos por transações comparáveis	222
5.6.3. Problemas práticos da utilização de múltiplos para empresas em crise.....	223
5.7. Avaliação patrimonial e valor de liquidação.....	225
5.8. Resumo do capítulo	227
CAPÍTULO 6 – FINANCIAMENTO DA EMPRESA EM CRISE	231
6.1. Introdução	231
6.2. Elementos da estrutura de capital.....	232
6.2.1. Capital próprio (<i>equity</i>)	232

6.2.2.	Capital de terceiros (<i>debt</i>)	236
6.2.3.	Indiferença da estrutura de capital no valor: o teorema de Modigliani-Miller	241
6.2.4.	Teorias sobre a escolha da estrutura de capital	244
6.3.	Perfil de endividamento e saúde financeira empresarial	251
6.4.	Instrumentos e estratégias para desalavancagem	253
6.4.1.	Renegociação da dívida existente	254
6.4.2.	Rolagem da dívida com novos recursos de terceiros	256
6.4.3.	Conversão de dívida em capital próprio	257
6.4.4.	Novos aportes ou emissões de capital próprio	258
6.5.	DIP <i>Financing</i>	260
6.6.	Resumo do capítulo	263

CAPÍTULO 7 – INVESTIMENTO EM MERCADOS E EMPRESAS ESTRESSADOS

7.1.	Introdução	267
7.2.	Aquisição de dívida inadimplida – <i>non-performing loans</i> (NPLs)	269
7.3.	Dinheiro novo na recuperação judicial: DIP <i>Financing</i>	273
7.4.	Aquisição de ativos isolados	276
7.4.1.	Formas de aquisição	277
7.4.2.	Vantagens	278
7.4.3.	Riscos	280
7.4.4.	A questão do preço vil	281
7.5.	Aquisição da empresa – <i>distressed M&A</i>	282
7.6.	Resumo do capítulo	284

TOMO II

PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS

CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA E FUNÇÃO DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR: UMA INTRODUÇÃO JURÍDICA À TEORIA GERAL DA INSOLVÊNCIA

8.1.	Contextualização	291
8.2.	Objetivos, finalidades, princípios e medidas de concretização do sistema recuperacional brasileiro	292
8.2.1.	Contexto econômico	292
8.2.2.	Preservação da empresa e segregação dos negócios inviáveis	297

8.2.3.	Composição adequada dos interesses dos credores	303
8.2.4.	Separação dos conceitos de empresa e empresário	306
8.2.5.	Redução do custo de crédito	308
8.2.6.	Maximização do valor dos ativos da empresa em dificuldade.....	310
8.2.7.	Eficiência e economia processual.....	312
8.2.8.	Tratamento favorecido às pequenas empresas	314
8.3.	Estrutura do procedimento recuperacional	316
8.4.	Resumo do capítulo	320
CAPÍTULO 9 – AGENTES E SUJEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL		323
9.1.	Sujeitos legitimados ao pedido de recuperação judicial	323
9.1.1.	Ser devedor	323
9.1.2.	A comprovação do estado de devedor	326
9.1.3.	Legitimidade extraordinária.....	332
9.1.4.	Condição de empresário	334
9.1.5.	Regularidade societária	336
9.1.6.	Exercício regular da atividade há 2 anos.....	338
9.1.7.	Deliberação especial para pedido de recuperação judicial.....	340
9.1.8.	Não ser falido	341
9.1.9.	Não ter obtido recuperação judicial há menos de 5 anos.....	343
9.1.10.	Não ser condenado por crime falimentar	345
9.1.11.	Grupos de sociedades	346
9.1.12.	Caso do produtor rural.....	351
9.1.13.	Caso de clubes de futebol.....	353
9.2.	Sujeitos não legitimados ao pedido de recuperação judicial.....	355
9.2.1.	Não empresários	355
9.2.2.	Empresas estatais	358
9.2.3.	Agentes que exploram “atividades especiais”	362
9.2.4.	Concessionárias de energia elétrica.....	364
9.2.5.	Pessoas jurídicas de direito público.....	364
9.2.6.	Crítica às exclusões: associações, cooperativas e outros agentes que desempenham atividade econômica	366
9.3.	Administrador Judicial	368
9.3.1.	Competência.....	370
9.3.2.	Nomeação	390
9.3.3.	Nomeação de mais de um administrador judicial.....	395
9.3.4.	Impedimentos.....	397

9.3.5.	Investidura.....	401
9.3.6.	Remuneração	401
9.3.7.	Responsabilidade	407
9.3.8.	Substituição, destituição e renúncia.....	409
9.4.	Credores.....	412
9.4.1.	Papel dos credores na recuperação judicial	412
9.4.2.	O Comitê de Credores.....	414
9.4.3.	Sujeição de credores ao procedimento recuperacional	419
9.5.	Juízo	419
9.5.1.	Delimitação do papel do Juízo na recuperação judicial	419
9.5.2.	Judiciário: entre mero fiscalizador e garantidor da efetividade do procedimento.....	421
9.5.3.	A polêmica questão da especialização do Judiciário	424
9.6.	Ministério Público	426
9.7.	Resumo do capítulo.....	429
CAPÍTULO 10 – O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL		433
10.1.	O pedido: estrutura e função	434
10.1.1.	Requisitos da petição inicial.....	434
10.1.2.	Polo ativo e polo passivo	436
10.1.3.	Preliminarmente: a possibilidade de conciliação e mediação antecedente.....	436
10.1.4.	Causa de pedir	441
10.1.5.	Evidência sobre as causas de pedir em recuperações.....	443
10.1.6.	Documentação contábil	445
10.1.7.	Descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito	451
10.1.8.	Relação nominal de credores, sujeitos ou não à recuperação judicial.....	452
10.1.9.	Relação de empregados	454
10.1.10.	Documentos societários.....	456
10.1.11.	Relação de bens particulares dos sócios e administradores....	457
10.1.12.	Extrato de contas	460
10.1.13.	Certidão de protesto de títulos	461
10.1.14.	Relação de ações judiciais em que o devedor figure como parte.....	463
10.1.15.	Relatório detalhado do passivo fiscal	464

10.1.16.	Relação de bens do ativo não circulante	464
10.1.17.	Valor da causa e gratuidade de justiça	465
10.2.	Competência	468
10.2.1.	Principal estabelecimento	468
10.2.2.	Consolidação processual.....	473
10.2.3.	Consolidação substancial.....	476
10.2.4.	Prevenção	477
10.2.5.	Conflito de competência.....	479
10.3.	Resumo do capítulo	481
CAPÍTULO 11 – A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL		485
11.1	Constatação prévia	486
11.1.1.	Objeto	488
11.1.2.	Procedimento	490
11.1.3.	Nomeação	490
11.2.	Conteúdo e limites da decisão de processamento	491
11.3.	Elementos da decisão de processamento	497
11.4.	Efeitos da decisão de processamento sobre o devedor, seus sócios e administradores.....	499
11.4.1.	Sobre o registro empresarial	499
11.4.2.	Sobre a operação da empresa em crise	500
11.4.3.	Sobre os ativos do devedor	502
11.4.4.	Sobre a remuneração dos sócios do devedor.....	504
11.4.5.	Sobre a administração do devedor.....	507
11.5.	Efeitos da decisão de processamento sobre terceiros.....	514
11.6.	<i>Stay period</i>	516
11.6.1.	Fundamentos da suspensão na recuperação judicial.....	516
11.6.2.	Prazo e prorrogação da suspensão.....	518
11.6.3.	Possibilidade de antecipação do <i>stay period</i> para antes do deferimento do processamento da recuperação	523
11.6.4.	Ações e execuções não suspensas.....	525
11.6.5.	Execuções trabalhistas.....	527
11.6.6.	Execuções fiscais.....	529
11.6.7.	Coobrigados, fiadores, obrigados de regresso e o <i>stay period</i> ...	533
11.6.8.	Bens de capital essenciais à execução das atividades: definição e aplicação.....	535

11.6.9.	Essencialidade: recebíveis cedidos fiduciariamente em garantia (“trava bancária”).....	540
11.6.10.	Essencialidade: contratos locatícios e despejo.....	543
11.6.11.	Contratos de prestação de serviço de infraestrutura básica (água, energia, telefonia).....	546
11.6.12.	Protesto de títulos e inscrição em órgãos de proteção ao crédito.....	548
11.6.13.	Suspensão de prescrição.....	550
11.7.	Atos subsequentes	551
11.7.1.	Publicização da decisão.....	551
11.7.2.	Sequência da fase material: início do prazo para apresentação do plano de recuperação judicial pelo devedor	552
11.7.3.	Início da fase paralela de verificação de créditos: a publicação de edital com a lista de credores da recuperanda	552
11.8.	Resumo do capítulo	553

CAPÍTULO 12 – CRÉDITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: SUJEIÇÃO, HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO..... 559

12.1	Créditos submetidos ao pedido de recuperação judicial	561
12.1.1.	Regra geral	561
12.1.2.	Data da constituição do crédito	563
12.2.	Créditos não exigíveis e excluídos do processo de recuperação judicial	566
12.2.1.	Obrigações a título gratuito.....	569
12.2.2.	Despesas que credores incorrerem para tomar parte na recuperação judicial.....	571
12.2.3.	Atos cooperativos.....	572
12.2.4.	Créditos de coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	573
12.2.5.	Créditos não contemplados no plano de recuperação	575
12.2.6.	Alienação fiduciária	576
12.2.7.	<i>Leasing</i> e arrendamento mercantil.....	582
12.2.8.	Venda de imóvel com cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade	582
12.2.9.	Venda com reserva de domínio	583
12.2.10.	Adiantamento sobre contrato de câmbio.....	584
12.2.11.	Trava bancária e penhor sobre direitos creditícios.....	587
12.2.12.	Créditos frente a produtor rural não decorrentes da exploração de sua atividade fim	589

12.2.13.	Recursos oriundos de crédito rural nos termos da Lei nº. 4.829/1965.....	591
12.2.14.	Crédito para aquisição de propriedade rural nos 3 anos anteriores ao pedido de recuperação	592
12.2.15.	Obrigações assumidas no âmbito das câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira.....	593
12.2.16.	Operações compromissadas e derivativos	595
12.2.17.	Créditos em empresas aéreas.....	596
12.2.18.	Créditos sujeitos à compensação.....	598
12.9.19.	Outros créditos extraconcursais.....	601
12.2.20.	A adesão voluntária de credores extraconcursais aos efeitos da recuperação	603
12.3.	A posição do Fisco	604
12.3.1.	Não sujeição oficial de créditos tributários	604
12.3.2.	Posição prática dos créditos tributários.....	606
12.3.3.	Possibilidade de o Fisco buscar inclusão de créditos na recuperação judicial.....	608
12.4.	A verificação de créditos e sua fase administrativa	610
12.4.1.	Início da fase administrativa	612
12.4.2.	Habilitações e divergências administrativas.....	612
12.4.3.	Análise na fase administrativa e publicação da lista do Administrador Judicial.....	618
12.5.	A fase judicial de verificação de créditos	620
12.5.1.	Início da fase judicial	620
12.5.2.	Habilitações e impugnações judiciais.....	621
12.5.3.	Análise na fase judicial.....	626
12.5.4.	Observações sobre a verificação de créditos trabalhistas	629
12.5.5.	Publicação da lista judicialmente consolidada (quadro geral de credores)	631
12.5.6.	Credores retardatários e ação retificatória	633
12.5.7.	Consequência da extemporaneidade	634
12.5.8.	Pedido de reserva	637
12.6.	Resumo do capítulo	639
CAPÍTULO 13 – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL		645
13.1.	Estrutura e função do plano de recuperação	647
13.2.	Prazo para apresentação e publicização	649
13.3.	Conteúdo do plano	650

13.3.1.	Plano <i>stricto sensu</i>	652
13.3.2.	Laudo econômico-financeiro e a demonstração da viabilidade	657
13.3.3.	Laudo de avaliação de bens	662
13.4.	Meios de recuperação e laudos de viabilidade: entre teoria e prática.....	663
13.4.1.	Terceirização de responsabilidade nos planos	664
13.4.2.	Planos genéricos e copiados	666
13.4.3.	Planos que não dialogam logicamente com a petição inicial....	668
13.4.4.	Laudos com premissas e resultados inexequíveis	669
13.5.	Tratamento homogêneo entre credores: limites e possibilidades	671
13.6.	Créditos trabalhistas no plano de recuperação.....	676
13.7.	Coobrigados, fiadores e credores de regresso no plano de recuperação	679
13.8.	Alienação de bens com garantia real	682
13.9.	Crédito em moeda estrangeira	683
13.10.	Unidade Produtiva Isolada (UPI).....	683
13.10.1.	Definição, escopo financeiro e ampliação de objeto	683
13.10.2.	Requisitos para formação e alienação da UPI	688
13.11.	Excepcionalidade: a alienação e oneração de bens fora do plano de recuperação	692
13.11.1.	Requisitos para alienação fora do plano	692
13.11.2.	A possibilidade de interferência dos credores nas alienações fora do plano	694
13.12.	DIP <i>Financing</i>	697
13.12.1.	Racionalidade	698
13.12.2.	Procedimento e análise material	700
13.12.3.	Origem dos recursos e cuidados com financiamento pelos próprios sócios.....	704
13.13.	Tributação das alienações de bens e do deságio nos planos de recuperação	705
13.14.	Plano alternativo de recuperação (plano de credores)	707
13.14.1.	Condições para apresentação	708
13.14.2.	Conteúdo e limitação ao plano de credores	709
13.14.3.	Especificidades para votação do plano alternativo	711
13.15.	Controle judicial da legalidade do plano.....	712
13.15.1.	(Im)possibilidade de controle prévio de legalidade do plano	713
13.15.2.	Meios de recuperação genéricos.....	714

12.15.3.	Liberdade de negociação e abuso nas condições financeiras propostas	715
13.15.4.	Propostas de pagamento ilíquidas	718
13.16.	O aditamento de plano após a homologação da versão votada em assembleia	719
13.17.	Resumo do capítulo	722
CAPÍTULO 14 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES		729
14.1.	Estrutura e função da assembleia geral de credores.....	731
14.2.	Necessidade de objeção ao plano de recuperação	735
14.3.	Os elementos do ato assemblear	738
14.3.1.	Prazo para realização.....	739
14.3.2.	Ausência de suspensão ou adiamento por pendência de verificação de crédito	740
14.3.3.	Convocação	742
14.3.4.	Predileção por meios virtuais para assembleia	747
14.3.5.	Preparativos para a assembleia e participação por representação.....	749
14.3.6.	Instalação e unicidade da assembleia geral de credores	752
14.3.7.	Presidência, secretariado e registro da AGC	754
14.3.8.	Condução dos trabalhos assembleares	755
14.3.9.	Legitimados a votar.....	756
14.3.10.	Não legitimados a votar.....	760
14.3.11.	Forma de extração dos votos.....	764
14.3.12.	Suspensão da AGC e prazo para encerramento dos trabalhos.....	766
14.3.13.	Quóruns para aprovação ou rejeição do plano e outras matérias	767
14.4.	Resultados da votação do plano de recuperação	770
14.4.1.	Aprovação regular do plano	771
14.4.2.	Aprovação (imposição) do plano por quórum alternativo (“ <i>cram down</i> ”).....	771
14.4.3.	Separadamente: a cumulação da abusividade de voto com o “ <i>cram down</i> ”	774
14.4.4.	Rejeição do plano do devedor, submissão e análise de plano alternativo pelos credores	779
14.4.5.	Convocação em falência pela rejeição dos planos	782

14.5.	A soberania das decisões da assembleia e seus limites.....	783
14.6.	A possibilidade de substituição da assembleia por termo de adesão	785
14.7.	Oposição à decisão assemblear	788
14.8.	A convolação da recuperação judicial em falência fora da assembleia....	790
14.9.	Resumo do capítulo	792
CAPÍTULO 15 – CONCESSÃO E CUMPRIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL		799
15.1.	Decisão de concessão: estrutura e função	800
15.2.	Os limites de atuação do Judiciário na revisão do plano e da AGC	801
15.3.	A questão das dívidas tributárias e certidões negativas	803
15.4.	Efeitos da concessão	807
15.4.1.	Novação das obrigações	807
15.4.2.	Coobrigados e garantidores de obrigações novadas	808
15.4.3.	Condição resolutiva	810
15.4.4.	Extinção das execuções.....	811
15.4.5.	Baixa de protestos e registros em órgãos de proteção de crédito.....	812
15.4.6.	Formação de novo título executivo e possibilidade de alteração	813
15.5.	Recurso contra a decisão que concede ou nega a concessão da recuperação judicial	814
15.6.	Execução e supervisão judicial do cumprimento do plano	814
15.7.	Convolação por descumprimento do plano	817
15.8.	Possibilidade de aditamento do plano homologado.....	820
15.9.	Sentença de encerramento.....	820
15.10.	Execução extrajudicial do plano.....	822
15.11.	Novo pedido de recuperação antes de integralmente cumprido o plano anterior.....	823
15.12.	Resumo do capítulo	826
REFERÊNCIAS		829